

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Fevereiro 2017

SÃO PAULO: ECONOMIA MODERNA E AGRONEGÓCIO FORTE

O Estado de São Paulo, mesmo possuindo uma economia moderna e pujante nos segmentos de comércio, serviços, finanças e indústria, se destaca como um forte agronegócio. O que bem demonstra o dinamismo de São Paulo, popularmente conhecido como “a locomotiva do Brasil”.

No ano de 2016, o agronegócio no Estado de São Paulo registrou um superávit de US\$ 13,40 bilhões, representando um aumento de 23,4% em relação ao resultado da Balança Comercial de 2015, quando houve um superávit de R\$ US\$ 10,86 bilhões, informou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do seu Instituto de Economia Agrícola (IEA).

No ano passado, as exportações do agronegócio paulista tiveram um crescimento de 12,8%, atingindo US\$ 17,92 bilhões, enquanto as importações setoriais caíram 10%, somando US\$ 4,52 bilhões. Em 2015, as exportações e importações setoriais chegaram a US\$15,88 bilhões e US\$5,02 bilhões, respectivamente.

Os grupos de produtos agropecuários que tiveram maior destaque, representando 80,7% das vendas externas do segmento, foram: o complexo sucroalcooleiro (US\$ 7,78 bilhões, com as exportações de álcool representando 11,0% desse total); carnes (US\$ 2,01 bilhões, em que a carne bovina respondeu por 79,4%); sucos (US\$ 1,81 bilhão, dos quais 98,1% referentes a suco de laranja); produtos florestais (US\$ 1,52 bilhão); e complexo soja (US\$ 1,34 bilhão). Apesar da classificação de grupos se manter a mesma do ano anterior, eles passaram a ser 3,6% mais representativos no total do comércio externo do agronegócio paulista do que em 2015.

O resultado da Balança Comercial do ano evidencia o papel fundamental da agricultura na economia, afirmou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim. *“Os números acompanhados pelo IEA ao longo do ano de 2016 reafirmam que mesmo em época de crise econômica, a agricultura sustentou o País, produzindo alimento de qualidade para a população e para o mundo, com perspectivas muito positivas de crescimento e ampliação das relações comerciais. Os nossos institutos de pesquisa têm trabalhado para gerar informações e conhecimentos que auxiliem o desenvolvimento do setor produtivo”.*

Bem que o exemplo paulista deve ser seguido pelos estados do Norte e Nordeste, que tradicionalmente não possuem ou não se interessam por implementar políticas agrícolas que modernizar e dinamizar o agronegócio como um segmento fundamental para o desenvolvimento econômico. O que se constata é uma pobreza “endêmica” da maioria dos municípios que se acomodaram em ter como segmento econômico os repasses das políticas sociais do governo federal. Nesse contexto, o resultado é: aumento da pobreza; êxodo da juventude; distanciamento na renda e no desenvolvimento das demais regiões do país, fomentando um *gap* perigoso à integridade nacional.

O SEMIÁRIDO BRASILEIRO REEXISTE

A região do semiárido brasileiro tem sido motivo de políticas públicas para minorar os efeitos climáticos desde a época do Império. Na República essas políticas estabeleceram instituições como o Departamento Nacional de obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA) – hoje Embrapa Semiárido.

Essas instituições têm investido em educação, saúde, energia, infraestrutura viária e energética, comunicação, inovação tecnológica, industrialização e meio ambiente, entre outros. Essas políticas buscam solucionar os três eixos responsáveis pelo fraco desenvolvimento dessa região: **água** (irrigação, adutoras, cisternas, e a transposição do rio São Francisco); **terra** (assentamentos agrários e regularização fundiária); **tecnologias de produção**, em especial para a agropecuária de sequeiro.

Agora, um estudo em bases territoriais – região do submédio do rio São Francisco – está em curso na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), focado na região do submédio do São Francisco, para avaliar todos esses esforços para o desenvolvimento da agricultura. Essa região começa a jusante do lago da barragem de Sobradinho e vai até a divisa com Alagoas. Representa 14% da área do semiárido nordestino, com cerca de 172.000 produtores rurais, o correspondente a 19% da área total no vale do rio São Francisco.

O estudo tem revelado que em todo esse período de aplicação dessas políticas públicas, quase nenhuma mudança é perceptível, quando se compara a região do

submédio com os dados do Brasil ou da região Nordeste. A persistência da pobreza na zona rural apresenta-se nos três grandes eixos das políticas públicas (água, terra e tecnologia de produção). Registre, infelizmente, que o resultado do estudo na região do submédio do rio São Francisco serve também para o Brasil e o Nordeste, conforme quadro a seguir.

AMAZÔNIA E DESMATAMENTO

Desde 1988, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) acompanha o desmatamento na Amazônia. O objetivo é produzir os dados necessários para a avaliação e o estabelecimento de políticas públicas relativas ao controle do desmatamento ilegal na região.

Entre 2004 e 2015 houve uma redução de 79% no desmatamento na Amazônia Legal, o que é considerado um desempenho muito positivo. A expectativa era de melhora, mas não foi o que aconteceu entre agosto de 2015 e julho de 2016. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) houve uma taxa de 7.989 km² de remoção total da cobertura da floresta por corte raso, o que significa a eliminação de toda a vegetação existente. A expansão corresponde a um incremento de 29%. O Brasil não atingia a marca de 7 mil km² desde 2010.

O estado do Pará apresentou a maior quantidade de desmate, seguido de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Estes quatro estados responderam por 87% do total. Este resultado levanta questionamentos sobre a capacidade do país honrar os compromissos assumidos no Acordo de Paris, na COP-21. É o caso, por exemplo, de zerar o desmatamento na Amazônia Legal e restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Certamente, as pressões e as cobranças ambientais ganharão força, seja do lado externo ou interno do Brasil.

A tabela abaixo demonstra a taxa de desmatamento no período 2015-2016.

DESMATAMANETO DA AMAZÔNIA LEGAL POR ESTADO (MIL KM²)

ESTADOS	2015	2016	VARIAÇÃO %
AC	264	389	47,3
AM	712	1.099	54,4
AP	25	24	-4,0
MA	209	261	24,9
MT	1.601	1.508	-5,8
PA	2.153	3.025	40,5
RO	1030	1.394	35,3
RR	156	209	34,0
TO	57	80	40,4
TOTAL	6.207	7.989	28,7

Fonte: PRODES.

VÍRUS QUE CAUSA FEBRE AMARELA EM SÃO PAULO VEIO PROVAVELMENTE DA AMAZÔNIA

A Amazônia é a provável região de origem do vírus da febre amarela silvestre que circula hoje no norte do estado de São Paulo. O virologista Renato Pereira de Souza e sua equipe do Instituto Adolfo Lutz (IAL), na capital paulista, chegaram a essa conclusão depois de fazer o sequenciamento parcial do vírus extraído de macacos encontrados mortos no último semestre nas regiões de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

“Os vírus que infectavam esses animais são geneticamente mais próximos daqueles em circulação na Amazônia do que dos vírus de surtos anteriores ocorridos em São

Paulo” diz o pesquisador, que é o diretor do Núcleo de Doenças de Transmissão Vetorial do IAL.

Ainda segundo o virologista Souza, *“a Amazônia é possivelmente a fonte dos vírus que estão causando o surto atual em São Paulo e outros estados”*. No seu doutorado, concluído em 2013, ele analisou como variaram as características genéticas do vírus da febre amarela de 1930 a 2008 na América do sul.

Ao reconstruir a evolução genética do vírus no tempo e no espaço, ele observou que a origem foi sempre a Amazônia, onde o vírus circula nas áreas de floresta entre seres humanos e macacos, transmitido por mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*. De tempos em tempos, o vírus é exportado, provavelmente de carona no sangue de pessoas assintomáticas, para outras regiões, onde subsiste por períodos curtos. *“Acredito que esse quadro esteja se repetindo”*, afirma Souza

O surto de 2017 já é considerado o maior em 14 anos. Em janeiro foram confirmados 127 casos de infecção em quatro estados e 47 mortes (42 em Minas Gerais, três em São Paulo, e dois no Espírito Santo). Nos últimos meses, o grupo do IAL notou que o vírus vem atingindo mais espécies de macacos em São Paulo. Era encontrado em bugios e agora foi detectado em macacos-prego e saguis.

Os pesquisadores temem que o vírus se espalhe por regiões onde há grandes populações do mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite dengue, zika e chikungunya. Se chegar ao *Aedes*, a febre amarela pode se tornar uma doença urbana. *“Não estamos preparados para isso”*, diz Souza.